

HABEAS CORPUS Nº 477.906 - RS (2018/0295769-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : CARLOS ARQUIMEDES RODRIGUES
ADVOGADO : CARLOS ARQUIMEDES RODRIGUES - RS071257
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : WILLIAN RODRIGUES PEREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WILLIAN RODRIGUES PEREIRA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Os autos dão conta de que o Juízo da 1ª Vara Criminal do Foro Regional do Sarandi da Comarca de Porto Alegre/RS, em 24/9/2018, acolheu a representação da autoridade policial e, por isso, decretou a prisão temporária do paciente (e-STJ fls. 64/66) e, em 2/10/2018, decretou a prisão preventiva pela suposta prática dos crimes previstos no art. 157, §§ 2º, II, e 3º, II, na forma do art. 14, II, e no art. 29, *caput*, todos do Código Penal (e-STJ fls. 86/88).

Na data de 9/10/2018, o Juízo *a quo* indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado pela defesa (e-STJ fls. 111/113).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 21):

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE LATROCÍNIO.

PRISÃO PREVENTIVA. Decreto prisional bem fundamentado, estando justificada a necessidade da segregação, pois presentes os requisitos dos artigos 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal. No caso concreto, a prisão preventiva é necessária para a garantia da ordem pública, pois o delito atribuído ao paciente revestiu-se de violência e grave ameaça, com o emprego de arma de fogo e em concurso de agentes. Foi desferido um tiro no ofendido, diante de sua recusa em entregar o veículo, seu instrumento de trabalho, circunstâncias que revelam periculosidade social.

CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. As condições de primariedade, ausência de antecedentes, residência fixa e trabalho, embora favoráveis ao paciente, não elidem o decreto prisional quando as circunstâncias do fato assim determinarem. Precedente.

MATÉRIA DE PROVA. Descabimento da análise na via estreita do

habeas corpus.

INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

ORDEM DENEGADA.

No presente *writ*, a defesa alega que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que não há fundamentos idôneos para justificar a sua decretação/manutenção, bem como aponta a possibilidade de que sejam estabelecidas medidas cautelares diversas da prisão.

Sustenta, ainda, que a possibilidade de fixação de regime diverso do fechado reforça a desproporcionalidade da prisão, uma vez que, ao final da instrução processual, provavelmente, o paciente será condenado a cumprir pena em regime menos gravoso.

Afirma que "*não estão presentes os pressupostos necessários para o decreto da segregação cautelar, uma vez que o ato de reconhecimento do paciente não seguiu os preceitos do artigo 226 do Código de Processo Penal, tendo sido realizado por fotografia, o ofendido não descreveu o indivíduo e o paciente nega ser o autor, afirmando que no dia estava trabalhando em seu estabelecimento comercial*" (e-STJ fl. 4).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, a sua substituição por prisão domiciliar (e-STJ fls. 3/20).

Liminar indeferida (e-STJ fls. 132/134) e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (e-STJ fls. 188/194).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. Informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem noticiam a concessão, em 14/2/2019, da liberdade provisória ao paciente, expedido o competente alvará de soltura.

Assim, fica sem objeto este remédio constitucional, que buscava, justamente, a liberdade do paciente.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

